

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
**Atos do Prefeito**

Lei nº 2646, de 28 de julho de 2009.

**Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2010 e dá outras providências.**

**A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração pública municipal para o exercício de 2010, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Niterói para o exercício de 2010, nela compreendendo:

**I** – as prioridades e as metas da administração pública municipal;

**II** – a estrutura e organização dos orçamentos;

**III** – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

**IV** – as disposições relativas à dívida pública municipal;

**V** – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

**VI** – as políticas de aplicação financeira para o desenvolvimento municipal;

**VII** – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

**VIII** – as disposições finais.

**CAPÍTULO II**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2010 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

**CAPÍTULO III**

**DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E TRIBUTÁRIA**

**Art. 3º** - Para efeito desta Lei, entende-se por:

**I** – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

**II** – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**III** – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

**IV** – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º** - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e subfunção às quais se vinculam.

**§ 3º** - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 4º** - O orçamento compreenderá as receitas e despesas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, além das dotações pertinentes às Empresas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

**Art. 5º** - É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

**I** – às entidades que prestam atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte, cultura ou civismo;

**II** – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

**III** – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

**Parágrafo único** - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 6º** - É vedada a inclusão de dotações, na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

**I** – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

**II** – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais;

**III** – destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

**Art. 7º** - A execução das ações de que tratam os arts. 5º e 6º fica dispensada de autorização em lei específica exigida pelo caput do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Parágrafo único** - A destinação de recursos para entidades privadas, a título de "contribuições", nos termos do art. 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, fica condicionada à autorização específica de que trata o caput deste artigo.

**Art. 8º** - É vedada a inclusão, na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Art. 9º** - As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Lei, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos, observado o disposto na Lei Complementar nº 131/2009.

**Art. 10** - As transferências de recursos às entidades previstas nos art. 5º e 6º desta lei deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

**§1º** - Compete ao Órgão concedente, o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

**§2º** - É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

**§ 3º** - Excetua-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberam recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

**Art. 11** - É vedada à destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que

atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº. 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

**Parágrafo único** - As normas do caput deste artigo não se aplicam à ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

**Art. 12** - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades e empresas públicas, para clubes e associações dos servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser destinados a creches e instituições para o atendimento pré-escolar, do idoso e dos portadores de deficiência e vítimas de epidemias, projetos ambientais, projetos sociais e programa médico de família.

**Art. 13** - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação de receita, e para abertura de créditos suplementares, em conformidade com o art. 167, incisos III, V e VI, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 14** - A contratação de operações de crédito será limitada ao atendimento das necessidades relativas:

**I** – ao serviço da dívida e do seu refinanciamento;

**II** – aos investimentos prioritários e à execução dos serviços essenciais;

**III** – ao refinanciamento de dívida de responsabilidade do Tesouro Municipal.

**Art. 15** - Além da observância das prioridades e metas elencadas no Anexo desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101/00, somente incluirão projetos novos, após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

**Parágrafo único – V E T A D O**

**Art. 16** - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que esteja definida a fonte de recurso disponível, assim como em desacordo com os ditames desta Lei.

**Art. 17** - A Lei Orçamentária discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado, destinado à execução descentralizada das ações de saúde, conforme estabelecido no art. 215, da Lei Orgânica do Município.

**Art. 18** - As despesas com custeio administrativo e operacional da administração Municipal, exceto na área de educação infantil e fundamental, só poderão ter suas dotações reajustadas respeitando o percentual de variação das receitas correntes do Município, salvo nos casos de comprovada insuficiência decorrente de incremento físico de serviços essenciais prestados a comunidade ou de novas atribuições recebidas no decorrer do exercício, devido a mudanças na estrutura administrativa.

**Art. 19** - As receitas próprias das Autarquias, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, bem como das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o art. 4º desta Lei, serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com despesas obrigatórias.

**Art. 20** - As propostas orçamentárias do Poder Legislativo deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido na presente Lei.

**Art. 21** - O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso III do caput, do art. 165 da Constituição Federal e art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, será composto de:

**I** – texto de Lei;

**II** – quadros orçamentários consolidados;

**III** – anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

**IV** – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;

**V** – discriminação da Legislação básica da receita, referente ao Orçamento.

**§ 1º** - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os complementos do art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

**I** – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e rubrica;

**II** – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

**III** – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

**IV** – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias e seu desdobramento em fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere à proposta orçamentária, com colunas distintas para a receita prevista e a efetivamente arrecadada;

**V** – da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

**VI** - das despesas e receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o equilíbrio orçamentário;

**VII** - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal;

**VIII** – quadro geral da receita do orçamento, por rubrica e fontes;

**IX** – descrição sucinta, para cada unidade orçamentária, de suas principais finalidades com respectiva legislação.

**§ 2º** - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

**I** – resumo da política econômica e social do governo;

**II** – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e despesa;

**III** – memória de cálculo da estimativa da receita;

**IV** - do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, na forma disposta no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar 101/00.

**Art. 22** - As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundos Especiais, deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.

**Art. 23** - O Poder Legislativo terá uma dotação global, na Lei Orçamentária, que não poderá ultrapassar o percentual de 6%(seis por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, relativamente ao realizado no exercício anterior, excluídos os inativos.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 24** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo deverá colocar à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, os estudos e as estimativas das receitas, conforme o § 3º, art. 12 da Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 25** - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária serão elaborados a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

**Art. 26** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2010 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 27** - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010, conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

**I** – realização de receitas não previstas;

**II** – disposições legais a nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual às receitas previstas e as despesas fixadas;

**III** – adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa.

**Art. 28** - Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo.

**Art. 29** - A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, até, 3% (três por cento) da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**CAPÍTULO V**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 30** - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente do refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 31** - O Poder Executivo, quando da elaboração de sua Proposta Orçamentária para pessoal e encargos sociais, deverá observar o artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00 devendo considerar os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 27 desta Lei, devendo o executivo proceder ao disposto no artigo 169, parágrafo 3º, incisos I e II, da Constituição Federal, no caso de extrapolção dos limites.

**Art. 32** - As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2010, observarão os limites previstos no artigo 29A da Constituição Federal e artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 33** - Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, fica autorizado às concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, por concurso público ou a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº. 101/00.

**CAPÍTULO VII**

**DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

**Art. 34** - A aplicação de recursos oficiais para o desenvolvimento do Município dará prioridade às ações e diretrizes que:

**I** – permitam o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem estar social;

**II** – atendam às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos pequenos e médios produtores e suas cooperativas;

**III** - atendam a projetos sociais, de infra-estrutura econômica e de habitação popular e urbanização de favelas;

**IV** – objetivem o desenvolvimento econômico-social do Município e impliquem na distribuição de renda e geração de empregos;

**V** – atendam a projetos destinados à defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

**CAPÍTULO VIII**

**DIRETRIZES DE GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA**

**Art. 35** - As diretrizes de gestão tributária e financeira do Município devem visar a:

**I** – aumentar a produtividade na arrecadação dos tributos próprios;

**II** – propiciar nível adequado de facilitação aos contribuintes nas relações com a Fazenda Municipal;

**III** – aperfeiçoar e integrar os sistemas informatizados de controle de arrecadação, conciliação bancária e de atendimento ao contribuinte;

**IV** – reestruturar os procedimentos relativos ao processo administrativo-tributário (litígio tributário);

**V** – reestruturar os sistemas de avaliação e controle de despesa e das contas bancárias.

**Art. 36** - A Lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do artigo 14, da Lei Complementar nº. 101/00.

**Art. 37 – VETADO**

**§ 1º - VETADO**

**§ 2º - VETADO**

**CAPÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 38** - O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

**Parágrafo único** - As propostas de atos que resultem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, entendida aquela que constitua ou venha a se constituir em obrigação legal do Município, deverão, previamente, ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Fazenda e a Controladoria Geral do Município para que se manifestem sobre a sua adequação orçamentária e financeira.

**Art. 39 – VETADO**

**Art. 40** - A limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir as metas fiscais previstas será feita de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município.

**§ 1º** - Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública.

**§ 2º** - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará, para análise do Poder Legislativo, acompanhado de memória de cálculo dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que lhe caberá na limitação do empenho e da movimentação financeira.

**Art. 41** - Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada de que trata o artigo 17, da Lei nº. 4.320/64 conterá, obrigatoriamente, referência ao Programa de Trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário.

**Art. 42** - Para efeito desta Lei, entende-se por despesa irrelevante, para fins do parágrafo 3º, do art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00, aquela cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº. 8666/93.

**Art. 43** - Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº. 101/00:

**I** – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

**II** – no caso de despesa relativa à prestação de serviços já existente e destinada à manutenção da administração pública, considera-se como compromissada apenas a prestação cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro.

**Art. 44** - O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar, até 30 dias após a publicação do orçamento anual para 2010, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão ou

entidade nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

**Art. 45 -** O Poder executivo estabelecerá com base nos limites fixados na Lei de Orçamento Anual quadros de cotas mensais de despesa de modo a manter, durante o exercício, o equilíbrio entre receita arrecadada e a despesa realizada.

**Art. 46 -** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Art. 47 -** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma do disposto no artigo 168, da Constituição Federal.

**Art. 48 -** A responsabilidade pela elaboração dos Orçamentos, de que trata a presente Lei, será da Secretaria Municipal de Fazenda, cabendo o apoio técnico a Controladoria Geral do Município.

**Art. 49 -** O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Niterói, até 30 de setembro de 2009.

**Art. 50 -** O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado à sanção, até 15 de dezembro de 2009.

**Art. 51 -** O Poder Executivo divulgará, por Unidade Orçamentária de cada Órgão, Fundo ou Entidade que integram o orçamento de que trata esta Lei, o quadro de detalhamento de despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

**Parágrafo único -** O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais, relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado no Art. 23, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

**Art. 52 -** Fica o Poder Executivo autorizado:

I – a incluir, excluir, alterar e transferir ações, desde que não resultem no desequilíbrio entre receita e despesa;

II - em caso de alteração na estrutura organizacional, a remanejar os programas e ações aprovadas.

**Art. 53 -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Niterói, 28 de julho de 2009.**

**Jorge Roberto Silveira – Prefeito**

ANEXO DE METAS FISCAIS 2010

Metodologia de Cálculo

receita estimada para o exercício financeiro do ano de 2010 é da ordem de R\$ 878.000.000,00 (Oitocentos e setenta e oito milhões de reais).

Para os cálculos da estimativa, projetou-se 2009 corrigindo a arrecadação das receitas do Tesouro do exercício de 2008 em + 5,9% tomando por base o IPCA acumulado no exercício. Entretanto, esta estimativa necessariamente, foi objeto de redução em razão da queda da arrecadação provocada por fatores econômicos, que afetaram as receitas transferidas, especialmente as receitas de Royalties e do FPM.

O resultado obtido, 675.691.933,00(Seiscentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e um mil e novecentos e trinta e três reais) corrigiu-se em 4,5% e incorporou-se as e as Transferências de convênios, totalizando 718.000.000,00 (Setecentos e dezoito milhões de reais), incorporando-se as receitas previstas para outras fontes R\$ 160.000.000,00 (Cento e sessenta milhões de reais) perfazendo o total de R\$ 878.000.000,00 (Oitocentos e setenta e oito milhões de reais ).

Para os exercícios de 2011 e 2012 estimamos aumentos de 4,5% em comparação com os anos de 2010 e 2011 respectivamente.

Para a Dívida Consolidada para 2010, corrigiu-se a estimativa de 2009 em 4,5% foram mantidos os mesmos percentuais para os exercícios de 2011 e 2012.

LEI DO DIRETÓRIO ORÇAMENTÁRIAS								
Anexo de Metas Fiscais e Notas para 2010								
CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI								
PREFEÇAIA	CANAL LEGISLATIVO							
Objetivo:	Transferência de recursos do Poder Executivo para o Poder Legislativo							
<table><tr><th>AÇÃO (Projeto)</th><th>TIPO (a/P)</th><th>PRODUTO (Item ou Serviço)</th></tr><tr><td>Transferência de recursos do Poder Executivo</td><td>A</td><td>Transferência de recursos</td></tr></table>			AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)	Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos
AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)						
Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos						
PREFEÇAIA	TRABALHO LEGISLATIVO							
Objetivo:	Transferência de recursos do Poder Executivo para o Poder Legislativo							
<table><tr><th>AÇÃO (Projeto)</th><th>TIPO (a/P)</th><th>PRODUTO (Item ou Serviço)</th></tr><tr><td>Transferência de recursos do Poder Executivo</td><td>A</td><td>Transferência de recursos</td></tr></table>			AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)	Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos
AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)						
Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos						
<table><tr><th>AÇÃO (Projeto)</th><th>TIPO (a/P)</th><th>PRODUTO (Item ou Serviço)</th></tr><tr><td>Transferência de recursos do Poder Executivo</td><td>A</td><td>Transferência de recursos</td></tr></table>			AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)	Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos
AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)						
Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos						
<table><tr><th>AÇÃO (Projeto)</th><th>TIPO (a/P)</th><th>PRODUTO (Item ou Serviço)</th></tr><tr><td>Transferência de recursos do Poder Executivo</td><td>A</td><td>Transferência de recursos</td></tr></table>			AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)	Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos
AÇÃO (Projeto)	TIPO (a/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)						
Transferência de recursos do Poder Executivo	A	Transferência de recursos						
PREFEÇAIA	TRABALHO LEGISLATIVO							
Objetivo:	Transferência de recursos do Poder Executivo para o Poder Legislativo							







[illegible]

LEI DE DIRETRES ORÇAMENTÁRIAS			
Assunto de Provas de Seleção para 2010			
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
SÉRIE LINGUAGEM			
PROVA:	<p>Para a prova de Provas de Seleção para o cargo de Analista de Planejamento e Controle de Gestão, o candidato deverá responder a 10 questões de Provas de Seleção para o cargo de Analista de Planejamento e Controle de Gestão.</p>		
QUESTÃO:	ACABOU O TEMPO	PROVA FEITA	PROVA FEITA OU PARADA
1. A respeito da estrutura do poder, a afirmação			1. A respeito do poder, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			1. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			1. A respeito do poder local, a afirmação
2. A respeito do poder local, a afirmação			2. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			2. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			2. A respeito do poder local, a afirmação
3. A respeito do poder local, a afirmação			3. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			3. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			3. A respeito do poder local, a afirmação
4. A respeito do poder local, a afirmação			4. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			4. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			4. A respeito do poder local, a afirmação
5. A respeito do poder local, a afirmação			5. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			5. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			5. A respeito do poder local, a afirmação
6. A respeito do poder local, a afirmação			6. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			6. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			6. A respeito do poder local, a afirmação
7. A respeito do poder local, a afirmação			7. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			7. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			7. A respeito do poder local, a afirmação
8. A respeito do poder local, a afirmação			8. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			8. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			8. A respeito do poder local, a afirmação
9. A respeito do poder local, a afirmação			9. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			9. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			9. A respeito do poder local, a afirmação
10. A respeito do poder local, a afirmação			10. A respeito do poder local, a afirmação
“O poder local é exercido pela Prefeitura Municipal, o Conselho Municipal e o Conselho de Saúde”			10. A respeito do poder local, a afirmação
está correta.			10. A respeito do poder local, a afirmação

[illegible]





















LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Meta para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
PROGRAMA	SEGURANÇA NO TRABALHO	
Objetivo	Reduzir os acidentes com vítimas fatais, das atividades, submetidas a operações de manutenção de infraestrutura	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Implementar a Norma de Segurança em Atividade de Manutenção	A	Atividade de manutenção concluída
Elaboração de procedimentos	A	Atividade de elaboração de procedimentos
Capacitação de pessoal e treinamento	A	Treinamento de pessoal, oferecido mediante a realização de cursos
Atividade de fiscalização	A	Fiscalização de obras e serviços
Implementar o sistema de gerenciamento de riscos	A	Sistema de gerenciamento de riscos implementado
PROGRAMA		
Objetivo	MANUTENÇÃO PÚBLICA	
	Manutenção de infraestrutura	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Implementar o trabalho de limpeza de áreas públicas	A	Atividade de limpeza concluída
PROGRAMA		
Objetivo	OBRAS DE REFORMA	
	Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	D	Sistema concluído
PROGRAMA		
Objetivo	MANUTENÇÃO PÚBLICA	
	Manutenção de infraestrutura	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	D	Sistema concluído

PROGRAMA DE OBRAS DE REFORMA

45

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Meta para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
PROGRAMA	MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA	
Objetivo	Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída

PROGRAMA DE OBRAS DE REFORMA

45

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Meta para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
PROGRAMA	MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA	
Objetivo	Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	
AÇÃO (Programa)	TIPO (A/P)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída
Manutenção de infraestrutura pública, visando a melhoria da qualidade de vida da população	A	Atividade de manutenção concluída

PROGRAMA DE OBRAS DE REFORMA

45

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Natureza para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
Cidade Limia		
Estrutura Organizacional e Responsabilidades		
AÇÃO (Programa)	TIPO (Atividade)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção e conservação do patrimônio
Manutenção do patrimônio cultural e artístico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Natureza para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
PROTEÇÃO E CUIDADO À SAÚDE		
Cidade Limia		
Estrutura Organizacional e Responsabilidades		
AÇÃO (Programa)	TIPO (Atividade)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção e conservação do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
Anexo de Programação e Natureza para 2010		
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
RECONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE RISCO		
Cidade Limia		
Estrutura Organizacional e Responsabilidades		
AÇÃO (Programa)	TIPO (Atividade)	PRODUTO (Item ou Serviço)
Manutenção e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção e conservação do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio
Manutenção do patrimônio histórico e arquitetônico	A	Manutenção do patrimônio



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI  
Atos do Prefeito

Corrigendas

Na Portaria nº 3786/2009, publicada em 29/07/2009, onde se lê: Assistente C, CC-4, leia-se: Secretária, CC-4; onde se lê: da Secretaria Municipal de Educação, leia-se: da Fundação Municipal de Educação e onde se lê: em vaga decorrente da exoneração de Felipe Braz da Silva, leia-se: em vaga criada pelo Decreto nº. 7511/97.

Na Portaria nº 3762/2009, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Ozeas Rodrigues, leia-se: Oseas Rodrigues.

Na Portaria nº 3763/2009, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Cristiane Pereto Abreu, leia-se: Cristiane Pareto Abreu.

Na Portaria nº 3766/2009, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Edmar Moreira de Paula, leia-se: Edimar Moreira de Paula.

Na Portaria nº 3759/2009, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Antônio Torres Braga, leia-se: Antônio Carlos Torres Braga.

Na Portaria nº 3769, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Sérgio Lobo Urupukina Filho, leia-se: Sérgio Lobo Simões Urupukina Filho.

Na Portaria nº 3754/2009, publicada em 28/07/2009, onde se lê: Suzana dos Santos, leia-se: Suzana Santos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTE  
Ato do Secretário

Portaria

Adota as seguintes medidas para realização de evento social, “Corrida e Caminhada Viva Laranja” no dia 02/08/2009:

I. Interditada o tráfego de veículos, sito a Av. Visconde do Rio Branco, trecho compreendido entre a Concha Acústica e a Rua Alexandre Moura, das 07h as 09:30h, para concentração dos participantes;

II. Autoriza a interdição, parcial, do trânsito de veículos nos logradouros abaixo relacionados, no mesmo dia, das 07h as 10h, para desenvolvimento da corrida:

Av. Visconde do Rio Branco, Av. Alexandre Moura, Rua Coronel Tamarindo, Av. Gal. Milton Tavares de Sousa Mendes, Av. Almirante Benjamin Sodré, Av. Engenheiro Martins Romeo, Praia João Caetano, Av. Jornalista Alberto Francisco Torres, Estr. Leopoldo Fróes, Av. Quintino Bocaiúva, Av. Prefeito Sylvio Picanço, processo nº 40/1802/2009 (Portaria nº 279/2009).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas  
Resolução nº 01/09

Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas de Niterói – COMAD

Define procedimentos para realização da III Conferência Municipal de Política e Atenção às Drogas e Conferência Livre de Segurança Pública.

A Conferência Municipal de Política e Atenção às Drogas e Conferência Livre de Segurança pública a ser realizada no dia 31 de julho do ano de 2009 tem o objetivo de avaliar as ações existentes e deliberar as diretrizes para a efetivação da Política Municipal de Atenção às Drogas e Segurança Pública para a cidade de Niterói.

A presidente do Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas - COMAD, no uso de suas atribuições, conforme deliberação da Assembléia Extraordinária de Julho de 2009, resolve:

1. Temário

A III Conferência Municipal de Política e Atenção às Drogas e Conferência Livre de Segurança Pública terá como TEMA GERAL: “Atenção às Drogas, Controle Social e Segurança Pública” e como Grupos de Trabalho:

Grupo I – Financiamento

Grupo II – Acessibilidade ao Tratamento do Uso e Abuso do Álcool e outras Drogas

Grupo III – Prevenção e Promoção da Paz

2. Programação

A Programação básica da III Conferência Municipal de Política e Atenção às Drogas e Conferência Livre de Segurança Pública é a seguinte:

Conferência Municipal da Política e Atenção às Drogas e Conferência Livre de Segurança Pública	
LOCAL: Auditório da Faculdade Cândido Mendes – Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 517 Centro – Niterói - RJ	
DATA	HORÁRIO/ATIVIDADE
31/07/09	<b>Tema: Atenção às Drogas, Controle Social e Segurança Pública</b> 08h – Credenciamento 09h – Mesa de Abertura: COMAD – Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas e CCS – Conselho Comunitário de Segurança de Niterói 10h – Painei: EULAC – Aliança de Cidades em Tratamento de Drogas 10h30min – Conferência: - Dr. César Honorato – Prof. De História da UFF/ Prof. De Serviço Social da UERJ e Consultor da ONU

	<div>- CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas</div> <div>- Mediador: Representante da OAB – Ordem dos advogados do Brasil</div> <div>11h30min - Debate</div> <div>12h30min – Almoço</div> <div>13h30min – Grupos de Trabalho:</div> <div>Grupo I – Financiamento –Subsecretaria de Direitos Humanos</div> <div>Grupo II – Acessibilidade ao Tratamento do Uso e Abuso do Alcool e outras Drogas – Coordenação de Saúde Mental do Município de Niterói</div> <div>Grupo III – Prevenção e Promoção da Paz - Secretaria Municipal de Segurança Pública</div> <div>15h - Encerramento</div>
--	---

3. Inscrição e Credenciamento

A Inscrição dos convidados e ouvintes para a Conferência Municipal será feito no dia 20 de julho, na Faculdade Universo, sito à Rua Mal. Deodoro, 263 Bl. A - Centro, de 15h às 18h, local onde ocorrerá abertura oficial das Conferências Municipais de Niterói 2009 e votação do Regimento Interno.

4. Participantes

São participantes da III Conferência Municipal:

4.1. Convidados

São considerados convidados e automaticamente inscritos: as autoridades e os expositores.

4.2. Observadores:

Pessoas interessadas nas questões relativas às drogas e segurança pública.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Ato da Secretária

PORTARIA SME/31 /2009

Primeiro Ato Aditivo a Portaria SME/025/2000

A Secretária Municipal de Educação de Niterói no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no Art. 29 da Deliberação CME nº 009/2006, e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 13 de julho de 2009, faz saber que:

Art. 1º Ficam alterados os termos da Portaria SME/025/2000, publicada em 04 de abril de 2000, que autoriza o funcionamento da Educação Infantil na Unidade Educacional RECANTO CASA ESCOLA, mantida pela pessoa jurídica denominada RECANTO CASA ESCOLA LTDA ME.

I - Do Endereço: a Unidade Educacional passa a funcionar na Rua Américo Oberlander, nº 547, Santa Rosa, Niterói;

II - Da Capacidade Total de Matrícula: 80 (oitenta) crianças, sendo 30 (trinta) no horário parcial e 50 (cinquenta) em horário integral.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria SME/025/2000.

PORTARIA SME/32 /2009

Primeiro Ato Aditivo a Portaria SMEC/002/2002

A Secretária Municipal de Educação de Niterói no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no Art. 29 da Deliberação CME nº 009/2006, e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 13 de julho de 2009, faz saber que:

Art. 1º Ficam alterados os termos da Portaria SMEC/002/2002, publicada em 04 de fevereiro de 2002, que autoriza o funcionamento da Educação Infantil na Unidade Educacional PASSO A PASSO CRECHE ESCOLA, situada na Rua Fagundes Varela, nº 263, Ingá, Niterói, mantida pela pessoa jurídica denominada PASSO A PASSO CRECHE ESCOLA S/S LTDA.

I – Da Faixa Etária: a Unidade Educacional passa a atender crianças na faixa etária de 4 meses a 5 anos e 11 meses;

II - Da Capacidade Total de Matrícula: 175 (cento e setenta e cinco) crianças, sendo 80 (oitenta) no horário parcial e 95 (noventa e cinco) em horário integral.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria SMEC/002/2002.

PORTARIA SME/33 /2009

Primeiro Ato Aditivo a Portaria SME/008/1999

A Secretária Municipal de Educação de Niterói no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no Art. 29 da Deliberação CME nº 009/2006, e considerando decisão do Conselho Municipal de Educação, em sessão plenária realizada em 13 de julho de 2009, faz saber que:

Art. 1º Ficam alterados os termos da Portaria SME/008/1999, publicada em 01 de julho de 1999, que autoriza o funcionamento da Educação Infantil na Unidade Educacional ESCOLA LAGOA AZUL, situada na Rua José Joaquim Pereira Caldas, nº 227 – Parte, Piratininga, Niterói, mantida pela pessoa jurídica denominada CENTRO EDUCACIONAL CONHECER LTDA.

I – Da Faixa Etária: a Unidade Educacional passa a atender crianças na faixa etária de zero a 5 anos e 11 meses;

II - Da Capacidade Total de Matrícula: 240 (duzentas e quarenta) crianças, sendo 180 (cento e oitenta) no horário parcial e 60 (sessenta) em horário integral.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria SME/008/1999.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Extrato nº 132/2009

Instrumento:Termo de Contrato nº 132/2009; Partes: Município de Niterói tendo como gestora a Secretaria Municipal de Assistência Social e a empresa ARCAMAT 2000 Comércio e Serviços Ltda; Objeto: Fornecimento, parcelado e diário, de alimentação para menores, adultos e idosos, alojados na Casa de Passagem dos Meninos, Casa das Meninas e no Abrigo de Adultos; Prazo: Doze (12) meses, a contar de 13 de julho de 2009; Valor Estimativo: R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil); Verba: P.T. n.º 1672.08.244.0001.2149, C.D. n.º 3390.39.00, Fonte 202, Nota de Empenho nº 09/0097, datada de 03.07.09; Fundamento: Pregão Presencial nº 05/09 realizado em 17.06.09, Lei Federal nº 10.520 de 17.07.02, Decreto Municipal nº 9.614 de 22 de junho de 2005 e a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. Despachos no processo nº 090/0143/2009; Data da Assinatura: 13 de julho de 2009.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ato da Presidente

O Secretario Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Suspender, até ulterior deliberação a concessão das perpetuidades relativas à permissão de uso de Nicho no Cemitério São Lazaro de Itaipu, tendo em vista a carência de espaço para novos Nichos.

Coordenadoria de Recurso Humanos

Corrigenda

Na Portaria de Atribuição FMS/FGA Nº 278/09, publicada em 25/07/2009, onde se lê: Silvana Daflon Freitas; leia-se: Silvana Daflon Freitas da Cunha e onde se lê: Ana Paula Aguiar Manzi; leia-se: Ana Paula de Aguiar Manzi.

Na Portaria de Dispensa FMS/FGA Nº 274/09, publicada em 25/07/2009, onde se lê: Maria Cristina Giron; leia-se: Maria Cristina Rocha Giron.

Na Portaria de Dispensa FMS/FGA Nº 277/09, publicada em 25/07/2009, onde se lê: Ana Paula Aguiar Manzi; leia-se: Ana Paula de Aguiar Manzi.

**Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses**

O Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses no uso de suas atribuições legais, resolve:

**CANCELAMENTO**

**Carel Distribuidora de Produtos de Beleza**, Rua Aurelino Leal nº. 63 - centro – Niterói, RJ, ficou decidido o cancelamento do auto de infração nº. 02372 referente ao **processo nº 200/17426/2007** datado de 06 de outubro de 2008.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**Corrigenda:**

No Aviso do PREGÃO PRESENCIAL Nº014/2009, publicado em 28/07/2009, onde se lê: "... **no dia 10 de agosto de 2009, às 14:00 h...**". Leia-se: "... **no dia 10 de agosto de 2009, às 10:00 h...**".

**NITERÓI PREV**  
**Despachos do Presidente**  
**Extrato**

**Corrigenda**

**Instrumento:** TERMO Nº 15/2009

**Onde se lê valor total:** R\$ 12.600,00(doze mil e seiscentos reais) para o presente exercício e o restante para o exercício de 2010. Leia-se R\$ 12.600,00(doze mil e seiscentos reais), sendo R\$ 7.350,00 (sete mil, trezentos e cinquenta reais) para o presente exercício e o restante para o exercício de 2010.

**AFRÂNIO GOUVÊA DE SIQUEIRA** -Presidente da **NITERÓI PREV**.

**Corrigenda:**

**Processo nº 310.1389-01. Na PORTARIA GP N.º 116/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 27.09.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.203,20 ( dois mil, duzentos e três reais e vinte centavos), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 29.05.2001, fixando a mesma em R\$ 3.672,00 ( três mil, seiscentos e setenta dois reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.965-3/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1564-01. Na PORTARIA GP N.º 120/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 27.09.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.160,00 ( dois mil, cento e sessenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 12.07.2001, fixando a mesma em R\$ 2.700,00 ( dois mil e setecentos reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.970-8/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1450-01. Na PORTARIA GP N.º 121/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 27.09.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.419,20 ( dois mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 19.05.2001, fixando a mesma em R\$ 3.456,00 ( três mil, quatrocentos e cinquenta seis reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.968-5/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1646-01. Na PORTARIA GP N.º 129/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 29.10.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.268,00 ( dois mil, duzentos e sessenta oito reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 12.08.2001, fixando a mesma em R\$ 2.700,00 ( dois mil e setecentos reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.168-4/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1393-01. Na PORTARIA GP N.º 104/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 23.08.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.280,00 ( dois mil, duzentos e oitenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 03.06.2001, fixando a mesma em R\$ 3.564,00 ( três mil, quinhentos e sessenta quatro reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.586-3/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.0425-97 e 310.0547/97. Nas PORTARIAS GP N.º 102 e 103/2001**, publicadas no "Jornal O FLUMINENSE" dia 24.04.1997, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 3.144,96 ( três mil, cento e quarenta quatro reais e noventa seis centavos), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 18.02.1997, fixando a mesma em R\$ 3.931,20 ( três mil, novecentos e trinta um reais e vinte centavos), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 202.9880-9/97, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.2767-97 e 310.2887-97. Na PORTARIA GP N.º 61 e 62/98**, publicado no dia 25.03.1998, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 142,21 (cento e quarenta dois reais e vinte um centavos) mensal. ( cabendo R\$ 71,10 para cada uma) "**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 21.10.1997, fixando a mesma em R\$ 203,17 ( duzentos e três reais e dezessete centavos), mensal ( cabendo R\$ 101,48 para cada uma)."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 202.493-4/98, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1605-97. Na PORTARIA GP N.º 229/97**, publicado no dia 30.08.1997, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 434,93 (quatrocentos e trinta quatro reais e noventa três centavos) mensal. "**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 13.05.1997, fixando a mesma em R\$ 693,38 ( seiscentos e noventa três reais e trinta oito centavos), mensal."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 208.229-6/97, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1206-01. Na PORTARIA GP N.º 95/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 24.07.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.160,00 ( dois mil, cento e sessenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 27.04.2001, fixando a mesma em R\$ 3.348,00 ( três mil, trezentos e quarenta oito reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.321-1/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.0531-01. Na PORTARIA GP N.º 92/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 24.07.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.160,00 ( dois mil, cento e sessenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 29.01.2001, fixando a mesma em R\$ 3.564,00 ( três mil, quinhentos e sessenta quatro reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.323-9/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1266-01. Na PORTARIA GP N.º 91/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 24.07.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 2.160,00 ( dois mil, cento e sessenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 03.06.2001, fixando a mesma em R\$ 3.024,00 ( três mil, vinte quatro reais), anuais."

\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.325-7/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**Processo nº 310.1154-01. Na PORTARIA GP N.º 87/2001**, publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 24.07.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$

2.160,00 ( dois mil, cento e sessenta reais), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 14.05.2001, fixando a mesma em R\$ 2.808,00 ( dois mil, oitocentos e oito reais), anuais."  
\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.322-5/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.  
**Processo nº 310.0965-01. Na PORTARIA GP N.º 78/2001,** publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 26.06.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 8.043,36 ( oito mil e quarenta três reais e trinta seis centavos), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 01.05.2001, fixando a mesma em R\$ 13.401,00 ( treze mil, quatrocentos e um reais), anuais."  
\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.128-7/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.  
**Processo nº 310.0965-01. Na PORTARIA GP N.º 78/2001,** publicadas no "Diário Oficial Estado do Rio de Janeiro" dia 26.06.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 8.043,36 ( oito mil e quarenta três reais e trinta seis centavos), anuais."**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 01.05.2001, fixando a mesma em R\$ 13.401,00 ( treze mil, quatrocentos e um reais), anuais."  
\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 271.128-7/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex servidor.  
**Processo nº 310.0327-01. Na PORTARIA GP N.º 49/01,** publicado no dia 22.03.2001, **onde se lê:** " ... fixando a mesma em R\$ 1.812,00 (um mil, oitocentos e doze reais) anuais. "**acrescentar e leia-se:** "... a partir de 29.01.2001, fixando a mesma em R\$ 2.355,60 ( dois mil, trezentos e cinquenta cinco reais e sessenta centavos), anuais."  
\* Atendendo exigência do TCE/RJ, proc. 270.619-9/01, corrigindo a pensão em 100% da remuneração do ex-servidor.

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**  
**Atos do Presidente**  
**Homologação**

Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **Convite nº. 017/09**, que visa à aquisição de **Materiais Elétricos**, adjudicando o fornecimento, as empresas **Real Rio Materiais Elétricos Ltda. – CNPJ: 07.203.725/0001-26 – Lotes 02 e 07**, pelo valor global de R\$ 22.680,00 e **Organização Rede Elétrica Itaúna Ltda – CNPJ: 02.890.979/0001-46, Lotes 01, 03, 04, 05, 06, 08 e 09**, pelo valor global de R\$ 39.055,00, com condições de entrega das mercadorias e pagamentos, conforme **Edital**.  
Proc. nº. 510/3945/09.

**Homologação**  
Homologo o resultado do procedimento licitatório, na modalidade de **Convite/Cose nº. 040/2009**, que visa à contratação de empresa para execução das Obras e/ou **Serviços de Pesquisa Censitária na Comunidade Vila Ipiranga, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Vila Ipiranga nesta Cidade de Niterói/RJ**, adjudicando os serviços de pesquisa a empresa **IDE – Instituto de Desenvolvimento Para a Educação – CNPJ: 02.392.823/0001-35**, pelo valor global de R\$ 79.600,00 com condições de entrega dos serviços e pagamentos, conforme Edital. Proc. nº. 510/3032/2009.